



1169310

08008.006035/2012-36



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E A EMPRESA S.O.S. CONTROLE DE PRAGAS E VETORES LTDA-EPP

PROCESSO Nº 08008.006035/2012-36

A **UNIÃO** representada pelo **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, com sede à Esplanada dos Ministérios, CEP 70064-900, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº **00.394.494/0013-70** neste ato por intermédio da Coordenadora Geral de Modernização e Administração, **Sra. RUANNA LARISSA NUNES LEMOS**, brasileira, portadora da CI nº 7099213 SDS/PE e do CPF nº 051.003.464-00, com delegação de competência fixada pela Portaria nº 209, de 16 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 17 de março de 2015 e a Coordenadora Geral de Logística, **Sra. MARCELA SALDANHA DOS ANJOS**, brasileira, solteira, portadora da CI nº 2.203.841- SSP/DF e do CPF nº 715.664.401-91, com delegação de competência fixada pela Portaria nº 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **S.O.S. CONTROLE DE PRAGAS E VETORES LTDA - EPP**, estabelecida no S.O.F./Norte, Quadra 05, s/nº Conjunto B, Lote 6, Brasília – DF, CEP 70.634-420, inscrita no MF/CNPJ sob o nº , neste ato representada pela Sra. **LUDMILA GUERRA PANIAGO**, brasileira, casada, portadora da CI nº 2.472.003 – SSP/DF e do CPF nº 715.925.981-53, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, observando o que consta do **Processo nº 08008.006035/2012-36**, nos termos do inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 sujeitando-se as partes aos comandos da Lei e alterações posteriores e demais normas pertinentes, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do período de vigência do Contrato nº **42/2014**, prevista na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

A vigência do Contrato nº 42/2014 fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, **a partir de 30 de setembro 2015 até 29 de setembro de 2016**, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA –DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Aditivo correrão por conta do orçamento específico da Coordenação-Geral de Logística, por meio da Nota de Empenho 2015NE800966-78 (SEI 1128317) e da Declaração de Disponibilidade Orçamentária nº 43/2015/DIOF/COEFIN/CGL-GAB/SPOA/SE-MJ.

Natureza de Despesa 339039

PI CGL-AS

Unidade Orçamentária 30101

Fonte de Recursos 0100000000

PTRES 089907.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor global estimado do presente Contrato é de R\$ 18.164,00 (dezoito mil e cento e sessenta e quatro reais), calculado de acordo com os serviços efetivamente executados. Sem prejuízo da aplicação da Cláusula Décima Sexta do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

A CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste aditamento, prestará garantia em uma das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei nº 8666/93, no valor correspondente a **3% (três por cento)** do valor total da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – ASSINATURA ELETRÔNICA

6.1 O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações-SEI do Ministério da Justiça, garantida a eficácia das Cláusulas.

6.2 Em conformidade com o disposto no § 2º, art. 10, da MPV 2.200/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da CONTRATADA, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento da validade e do aceite ao presente documento.

6.3 A sua autenticidade poderá ser atestada a qualquer tempo, seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

CLÁUSULA SÉTIMA – RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA NONA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Guerra Paniago, Usuário Externo**, em 29/09/2015, às 18:21, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **RUANNA LARISSA NUNES LEMOS, Coordenador(a)-Geral de Modernização e Administração**, em 29/09/2015, às 18:39, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA SALDANHA DOS ANJOS, Coordenador(a)-Geral de Logística**, em 29/09/2015, às 19:19, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **1169310** e o código CRC **A95B6C34**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.